

LEGISLATIVO GAZETA MERCANTIL

Congresso 12 OUT 1988 Lideranças ainda discutem salários de parlamentares

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Por falta de entendimento, os líderes partidários adiaram para hoje a discussão sobre o aumento dos salários dos deputados e senadores, por causa da incidência do Imposto de Renda (IR) fixada pela nova Constituição. Na reunião de ontem com o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), eles marcaram um novo "esforço concentrado" do Congresso para os dias 18, 19 e 20 próximos, quando as bancadas do governo tentarão aprovar cinco medidas provisórias com força de lei, assinadas pelo presidente José Sarney.

"Não chegamos a nenhuma proposta com relação à remuneração dos parlamentares. Amanhã (hoje), às 15h30, realizaremos uma nova reunião no gabinete do senador Jarbas Passarinho, para voltar a discutir o assunto", anunciou o líder em exercício do PFL,



Humberto Lucena

deputado Inocêncio Oliveira (PE), à saída da reunião. Ele distribuiu aos demais líderes uma proposta elaborada por um funcionário da Receita Federal reduzindo a alíquota do IR de 45% incidente sobre o salário mínimo dos parlamentares para 25%.

CZ\$ 2,2 MILHÕES

Ao chegar à reunião, Inocêncio defendia que o IR fosse cobrado apenas sobre os subsídios fixos, varia-

veis e extraordinários dos parlamentares, fixados em aproximadamente CZ\$ 600 mil. Incluindo encargos de gabinete, o salário do parlamentar, segundo dados apresentados pelo vice-líder pefelista, é CZ\$ 2,2 milhões. "Existe um dispositivo na Constituição que prevê a irredutibilidade dos salários. Nós não devemos pagar IR sobre encargos de gabinete e auxílio-transporte", afirmou.

Apesar da posição — que o parlamentar deixou de sustentar posteriormente —, Inocêncio Oliveira apresentou proposta elaborada, à seu pedido, pelo funcionário da Receita, Ivan Borges. Por ela, explicou o funcionário, o teto de CZ\$ 74,8 mil, no desconto-padrão de 25% sobre o salário líquido, seria eliminado. Ele subiria para CZ\$ 550 mil. Sobre o restante se aplicaria a alíquota de 25% que implicaria um imposto de CZ\$ 397 mil. Mantidas as atuais regras, o IR dos parlamentares será de CZ\$ 577 mil. O

objetivo, caso os líderes aceitem a fórmula, é estender a regra a todos os trabalhadores, disse Inocêncio.

PROPOSTA

A discussão em torno do aumento do salário dos parlamentares começou com um projeto de decreto legislativo subscrito pelo deputado Jorge Arbage propondo a adaptação do salário dos parlamentares às novas regras constitucionais. O projeto, segundo o deputado Brandão Monteiro, propõe a elevação do salário dos deputados e senadores para CZ\$ 3,8 milhões.

Ainda na reunião dos líderes, ficou acertado que o senador Humberto Lucena vai nomear uma comissão mista para elaborar um anteprojeto do regimento comum para o Congresso. Hoje, os líderes na Câmara reúnem-se no gabinete do deputado Ibsen Pinheiro para começar a discutir o novo regimento da Câmara.